



INSTITUTO FEDERAL DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO
DEPARTAMENTO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E CONTABILIDADE
COORDENAÇÃO GERAL DE CONTABILIDADE E CUSTOS
NUCLEO DE CONTABILIDADE E CUSTOS CAMPUS PRESIDENTE FIGUEIREDO

NOTA TÉCNICA CONTÁBIL Nº 10/ 2021 – NCC/IFAM-CPRF

PROCESSO: 23443.014185/2021-69

LICITAÇÃO: Pregão Eletrônico nº006/2021

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviço de limpeza, asseio e conservação

Ao Senhor,

MATEUS ALMEIDA LIMA

Pregoeiro da Reitoria/IFAM

Manaus (AM), 19 de novembro de 2021.

Senhor Pregoeiro,

1. Considerações Gerais

1.1. O presente ato licitatório visa à contratação de empresa especializada para a prestação de mão de obra exclusiva para o serviço contínuo de limpeza, asseio e conservação dependências do IFAM Campus Presidente Figueiredo conforme especificações e condições constantes no Termo de Referência e anexos do Pregão Eletrônico nº 006-2021.

1.2. A análise da Planilha de Custos da Empresa ANJOS LOCAÇÃO DE VEICULOS EIRELI , cnpj nº 40.288.242/0001-47, tem como objeto principal a análise da composição dos valores limites do serviço de limpeza, asseio e conservação atendendo ao previsto no ao art. 7º, §2º, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993 e a Instrução Normativa nº 05/2017 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação -

SLTI/MP e suas alterações, a fim de apurar de forma irrefutável com base em documentações comprobatórias a exequibilidade dos preços ofertados pela licitante.

2. Da Análise

2.1. Após análise da proposta da empresa ANJOS LOCAÇÃO DE VEICULOS EIRELI apresentada por e-mail no dia 17/11/2021, verificou-se que a empresa fez uso da Planilha Modelo da IN nº 05/2017, e acrescentou as pendências apontadas inicialmente. Ocorre que apesar dos ajustes resta um questionamento:

2.1.1. A proposta apresentada na planilha da empresa soma o montante de R\$ 176.629,57 (cento e setenta e seis reais e seiscentos e vinte e nove reais e cinquenta e sete centavos) para a prestação dos serviços. Tal valor corresponde a 61,4% do valor estimado pela contratante (R\$ 287.986,54). Em relação a isso, cabe ressaltar o que dispõe a IN nº 05/2017 e o Anexo VII – A:

*9. Das Desclassificação das Propostas
[...]*

9.6. Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% da média dos preços ofertados para o mesmo item, e a inexecutabilidade da proposta não for flagrante e evidente pela análise da planilha de custos e formação de preços, não sendo possível a sua imediata desclassificação, será obrigatória a realização de diligências para aferir a legalidade e exequibilidade da proposta. (grifo nosso)

2.2. A empresa tem proposta com preço final inferior em 38% do valor estimado pela contratante após a pesquisa de mercado, e a IN nº 05/2017 considera que propostas com preço final inferior em 30% podem indicar possível inexecutabilidade.

2.3. A primeira planilha apresentada pela empresa antes das correções tinha valor superior aos valores da planilha enviada em 17/11/2021, nota-se os ajustes têm aumentado o percentual de inferioridade da proposta da empresa em relação à estimativa da contratante, nesse sentido, sugere-se adequar mais alguns itens para que a contratante tenha asseguração quanto ao equilíbrio da contratação, caso a empresa mantenha a proposta de prestação do serviço, a saber:

- a) Inclusão do valor de R\$ 10,00 (dez reais) mensais previsto na CCT nº 507/2020, cláusula décima sexta, para o programa de qualificação profissional. Inclusão no submodulo 2.3,

*CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - PROGRAMA DE QUALIFICAÇÃO
PROFISSIONAL*

Parágrafo Quarto- As empresas deverão de forma obrigatória fazer constar em suas planilhas de custos a provisão financeira para cumprimento do recolhimento da importação ajustada no caput desta Cláusula

- b) Inclusão do valor de R\$ 15,00 (quinze reais) mensais referente ao Plano Odontológico previsto na CCT nº 507/2020,

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - DO PLANO ODONTOLÓGICO

Parágrafo Terceiro: Fica ainda estabelecido que a partir de 1º de fevereiro de 2020 as empresas contribuirão com o valor mensal de R\$ 15,00 (quinze reais) visando o custeio do plano odontológico gratuito para todos os empregados abrangidos por este instrumento coletivo de trabalho.

- c) Considerar a tabela de encargos sociais (Cláusula Quadragésima Primeira) da CCT nº 507/2020 que estabelece percentuais mínimos para alguns itens da contratação. Itens em que a empresa precisa observar o pelo menos o MÍNIMO da tabela:

Módulo 3 - Provisão para Rescisão			
3	Provisão para Rescisão	Proposta Empresa	CCT 507/2020
A	Aviso Prévio Indenizado	0,42%	3,52%

Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais			
4.1	Substituto nas Ausências Legais	Proposta Empresa	CCT 507/2020
A	Substituto na cobertura de Férias	1,62%	8,24%
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	0,30%	0,76%
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0,10%	0,15%

- d) Por fim, cabe alertar a licitante que os percentuais de Lucro e Custos indiretos apresentados (Módulo 6) encontram-se muito abaixo das estimativas utilizada para cálculo dos valores limite que derivam de estudos realizados pela Fundação Instituto de Pesquisas (FIA) e correspondem à 6,79% em cenário máximo e 3,90% no cenário de atenção. O percentual de custos indiretos é relativamente baixo, sendo 1,50% para custeio de despesas dessa natureza dentro da proposta.

3. Considerações

- 3.1. Considerando que as planilhas da empresa apresentam um valor total inferior em 38% do valor estimado pela contratante, e que há itens que podem ser ajustados para que a contratante garanta o mínimo de conformidade dada a proposta de valor inferior, sugere-se as novas adequações anteriormente apontadas.

- 3.2. Esta análise contábil, apesar de identificar a diferença entre a proposta e a estimativa, não pode aferir a inexecuibilidade total da proposta de forma flagrante e irrefutável para desclassificação imediata, por isso, torna-se necessário a realização dessas diligências com base que dispõe os itens 9.4 e 9.6 do item do anexo VII – A da IN 05/2017, para que a empresa apresente suas justificativas e comprovações da exequibilidade.

IN 05/2017 – ANEXO VII – A

9. Das Desclassificação das Propostas

9.4. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do § 3º do art. 43 da Lei nº 8.666, de 1993, para efeito de comprovação de sua exequibilidade, podendo ser adotado, dentre outros, os seguintes procedimentos:

a) questionamentos junto à proponente para a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexecuibilidade;

b) verificação de Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho;

c) levantamento de informações junto ao Ministério do Trabalho;

d) consultas a entidades ou conselhos de classe, sindicatos ou similares;

e) pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas;

f) verificação de outros contratos que o proponente mantenha com a Administração ou com a iniciativa privada;

g) pesquisa de preço com fornecedores dos insumos utilizados, tais como: atacadistas, lojas de suprimentos, supermercados e fabricantes;

h) verificação de notas fiscais dos produtos adquiridos pelo proponente;

i) levantamento de indicadores salariais ou trabalhistas publicados por órgãos de pesquisa;


j) estudos setoriais;

k) consultas às Fazendas Federal, Distrital, Estadual ou Municipal; e

l) análise de soluções técnicas escolhidas e/ou condições excepcionalmente favoráveis que o proponente disponha para a prestação dos serviços.

9.6. Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% da média dos preços ofertados para o mesmo item, e a inexecuibilidade da proposta não for flagrante e evidente pela análise da planilha de custos e formação de preços, não sendo possível a sua imediata desclassificação, será obrigatória a realização de diligências para aferir a legalidade e exequibilidade da proposta. (grifo nosso)

Atenciosamente,


Brenda Shaély Ferreira Gonçalves
Contador - Siape nº2327575
CRC-AM:015920/O-6